

ANEXO 17**GLOSSÁRIO**

**CONCESSÃO PATROCINADA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE CONSTRUÇÃO, OPERAÇÃO,
MANUTENÇÃO E REALIZAÇÃO DOS INVESTIMENTOS NECESSÁRIOS PARA A EXPLORAÇÃO
DO TÚNEL IMERSO SANTOS-GUARUJÁ**

Para todos os fins do EDITAL, CONTRATO, ANEXOS e APÊNDICES, salvo disposição expressa em contrário, os termos, frases e expressões listados abaixo, quando utilizados e redigidos em caixa alta, deverão ser compreendidos e interpretados de acordo com os seguintes significados, tanto no plural quanto no singular, sem qualquer alteração de sentido:

ACESSOS URBANOS	Vias, alças e dispositivos implantados para o fim exclusivo de conexão do TÚNEL com o viário local das cidades de Santos e Guarujá. Englobam os ACESSOS URBANOS não somente as faixas de rolamento, mas também os acostamentos, refúgios, ciclovias, passeios, passarelas, OAEs (pontes, viadutos e túneis), trincheiras, elementos de drenagem, de sinalização e dispositivos de segurança, bem como os taludes de corte e aterro.
ACORDO TRIPARTITE	Acordo firmado entre agente fiduciário representando os FINANCIADORES, ou diretamente pelos FINANCIADORES, o PODER CONCEDENTE, a ARTESP e a CONCESSIONÁRIA, que disciplina a relação entre estas as partes visando à plena execução do CONTRATO, e a preservação dos interesses dos FINANCIADORES, nos termos do ANEXO 8.
ADJUDICATÁRIA	LICITANTE VENCEDORA à qual foi adjudicado o objeto da LICITAÇÃO, nos termos da legislação aplicável e do EDITAL.
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	Órgãos ou entidades da Administração Pública direta e indireta, federal, estaduais, do Distrito Federal e dos municípios.
AGÊNCIA REGULADORA	Refere-se à ARTESP.
AGENTE	Representante do conjunto de CREDORES, inclusive agente fiduciário, perante a ARTESP e o PODER CONCEDENTE, a quem cabe o exercício dos direitos e obrigações que lhe são conferidos pelo acordo a ser celebrado nos termos do ANEXO 8.
AGENTE FIDUCIÁRIO	INSTITUIÇÃO FINANCEIRA contratada pela CONCESSIONÁRIA para administrar e gerir a garantia prestada pela CPP, nos termos do CONTRATO DE PENHOR e, supletiva e subsidiariamente, no instrumento próprio de sua contratação.
AJUSTE DE OPERAÇÃO COMERCIAL PARCIAL	Ajuste na CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA DEVIDA referente ao início da operação comercial sem a conclusão dos ACESSOS URBANOS do Guarujá, quais sejam: (i) da Av. Santos Dummont até a conexão com a rodovia SPA-248/055 na altura do km 2,0 (coordenada 23°55'47.05"S / 46°17'3.71"O) e (ii) da conexão com o eixo principal até o dispositivo existente próximo ao Terminal Santos Brasil (23°57'42.70"S / 46°17'9.20"O).
AJUSTE DE DEMANDA	Ajuste incidente sobre a CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA DEVIDA que reflete o compartilhamento de risco de demanda regrado na Cláusula 20.3, calculado conforme o ANEXO 20.
AJUSTE DE USUÁRIOS INADIMPLENTES	Equivalente ao somatório de 95% (noventa e cinco por cento) das TARIFAS DE PEDÁGIO devidas por aqueles que passaram a ser considerados USUÁRIOS INADIMPLENTES, a partir de TRANSAÇÕES VÁLIDAS, e 100% das TARIFAS DE PEDÁGIO devidas por aqueles que passaram a ser considerados USUÁRIOS INADIMPLENTES, a partir de TRANSAÇÕES INVÁLIDAS FRAUDULENTAS, nos termos do ANEXO 20.

APORTE PÚBLICO	Montante a ser pago à CONCESSIONÁRIA pelo ESTADO pela realização das OBRAS DE IMPLANTAÇÃO.
APORTE PÚBLICO MÁXIMO	Valor máximo de aporte de recursos públicos indicado no EDITAL, sobre o qual poderá incidir desconto ofertado pelas LICITANTES em suas PROPOSTAS DE PREÇO.
CUSTEIO ESTADUAL	Montante de contribuição do Estado de São Paulo ao projeto, a ser usado como fonte de custeio do APORTE PÚBLICO.
CUSTEIO FEDERAL	Montante de contribuição do Governo Federal, a ser usado como fonte de custeio pelo ESTADO DE SÃO PAULO para o APORTE PÚBLICO.
AUDIÊNCIA PÚBLICA	Etapa inicial da LICITAÇÃO, realizada nos dias 17, 18 e 19 de abril de 2024, para tornar público o modelo desta CONCESSÃO, esclarecer dúvidas e colher contribuições para a elaboração do EDITAL, CONTRATO, ANEXOS e APÊNDICES.
AUDITOR INDEPENDENTE	Pessoa física ou jurídica responsável por fiscalizar o cumprimento dos EVENTOS DE DESEMBOLSO, nos termos do ANEXO 22.
AUTO DE INFRAÇÃO	Documento contendo indicação de ato ou fato potencialmente sujeito à aplicação de penalidades contratuais ou regulamentares decorrentes da apuração de irregularidades verificadas durante as fiscalizações realizadas no SISTEMA DE INTERLIGAÇÃO. Deverá a ARTESP encaminhá-lo à CONCESSIONÁRIA, nos termos do CONTRATO e ANEXOS.
AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO	Avaliação do desempenho da CONCESSIONÁRIA na execução do objeto contratual, a ser conduzida mensalmente pela ARTESP, nos termos do CONTRATO e seu ANEXOS.
ANEXOS e APÊNDICES	Conjunto de documentos parte integrante do EDITAL e do CONTRATO, conforme listagem.
ANTAQ	Agência Nacional de Transportes Aquaviários, criada pela Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001.
APS	Autoridade Portuária de Santos, empresa pública controlada pela União Federal.
ARTESP	Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo, nos termos da Lei Complementar nº 1.413/2024, que figura no CONTRATO na condição de interveniente.
B3	B3 S.A - Brasil, Bolsa e Balcão, situada no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua XV de Novembro, 275, responsável pela prestação de serviços especializados de assessoria técnica e apoio operacional relativos aos procedimentos necessários à realização da LICITAÇÃO.
BANCO DEPOSITÁRIO	INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, autorizada a prestar os serviços de custódia de recursos financeiros para as PARTES e para a ARTESP, nos termos do CONTRATO, ANEXOS e APÊNDICES.
BENS DA CONCESSÃO	Todo e qualquer bem afetado ou associado à prestação dos SERVIÇOS DELEGADOS, cuja posse, guarda, manutenção, conservação e vigilância são de responsabilidade da CONCESSIONÁRIA durante o PRAZO DA CONCESSÃO, nos termos do CONTRATO, incluindo: bens caracterizados, ou não, como BENS REVERSÍVEIS; bens repassados pelo PODER CONCEDENTE ou adquiridos ou incorporados por ação da CONCESSIONÁRIA.

BENS REVERSÍVEIS	São os bens vinculados à CONCESSÃO, conforme disciplina da Cláusula Décima Terceira, que serão revertidos e/ou devolvidos ao PODER CONCEDENTE, por ocasião do término do CONTRATO, de modo a garantir a continuidade da prestação dos serviços.
BLOCO DE CONTROLE	Grupo de acionistas da SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO que exerce poder de CONTROLE sobre a companhia.
CADE	Conselho Administrativo de Defesa Econômica, nos termos da Lei Federal nº 12.529/2011, ou entidade que venha a substituí-lo.
CADIN ESTADUAL	Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais, instituído pela Lei Estadual nº 12.799/2008, e regulamentado pelo Decreto Estadual nº 53.455/2008, no qual se registra o nome das pessoas físicas e jurídicas que possuem pendências com os órgãos e entidades da Administração Pública do Estado de São Paulo.
CARGAS ESPECIAIS	Cargas com dimensões acima dos limites estabelecidos pelo Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN), que dependem de autorização especial de trânsito, nos termos e condições estabelecidos por este mesmo órgão.
CATEGORIA	Tipo de veículo do USUÁRIO, conforme ANEXO 4.
CCI	Centro de Controle de Informações
CDPED	Conselho Diretor do Programa Estadual de Desestatização do Estado de São Paulo.
CETESB	Companhia Ambiental do Estado de São Paulo.
CGPPP	Conselho Gestor do Programa de Parcerias Público-Privadas do Estado de São Paulo
CICLO DE REVISÃO ORDINÁRIA	Período de 4 (quatro anos) que antecede o início do processamento da REVISÃO ORDINÁRIA. O PRIMEIRO CICLO DE REVISÃO ORDINÁRIA tem início a partir da data de assinatura do TERMO DE TRANSFERÊNCIA INICIAL e perdurará por 4 (quatro) anos – momento em que será iniciado o SEGUNDO CICLO DE REVISÃO ORDINÁRIA, e assim sucessivamente.
CERTIFICADO DE QUALIDADE	Documento que atesta a adequação do PROJETO EXECUTIVO, nos termos do APÊNDICE E e do CONTRATO.
CERTIFICADOR INDEPENDENTE	Pessoa física ou jurídica a ser contratada pela CONCESSIONÁRIA a fim de monitorar e acompanhar a atuação da CONCESSIONÁRIA no âmbito das desapropriações, desocupações e servidões administrativas a serem realizadas nas OBRAS DE IMPLANTAÇÃO.
CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO	Lei Federal nº 9.503/1997, e suas respectivas alterações e regulamentações.
COEFICIENTE DE SERVIÇOS PRESTADOS ou CSP	Coeficiente calculado por meio da medição dos INDICADORES DE DESEMPENHO previstos no ANEXO 03 para acompanhamento da qualidade dos serviços desempenhados pela CONCESSIONÁRIA.
COMISSÃO DE DEVOLUÇÃO	Comissão instituída pela ARTESP com a finalidade de acompanhar a adoção, pela CONCESSIONÁRIA, das medidas prévias à devolução e/ou transferência do SISTEMA DE INTERLIGAÇÃO estabelecidas no CONTRATO e no ANEXO 10.

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO	Comissão responsável pelo recebimento, exame e julgamento de todos os documentos licitatórios, e por conduzir os procedimentos relativos à LICITAÇÃO.
COMITÊ DE PREVENÇÃO E SOLUÇÃO DE DIVERGÊNCIAS	Mecanismo de gestão contratual e mitigação de riscos, constituído pelas PARTES para prevenir e solucionar potenciais divergências de natureza técnica ou econômico-financeira relativas ao CONTRATO, com competência específica às questões indicadas na Cláusula Quinquagésima Sexta.
CONCESSÃO ou CONCESSÃO PATROCINADA	Relação jurídica formada pela delegação das atividades objeto do Contrato, pelo PODER CONCEDENTE, com a interveniência da CPP e do DER, à CONCESSIONÁRIA, nos termos, prazos e condições estabelecidas no CONTRATO, nos ANEXOS e nos APÊNDICES.
CONCESSIONÁRIA ou CONTRATADA	SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO, constituída pela ADJUDICATÁRIA, que firma o CONTRATO com o PODER CONCEDENTE, com a interveniência da ARTESP e do DER, para prestar os SERVIÇOS DELEGADOS, segundo as leis brasileiras e nos termos do CONTRATO.
CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO	Documentos e respectivas condições observados e apresentados pelos participantes da Concorrência Internacional nº 01/2025, relativos à HABILITAÇÃO JURÍDICA, REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA, QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA, na forma do EDITAL.
CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA REGULADORA	Última instância decisória da ARTESP, cuja composição e competências são definidas na Lei Complementar Estadual nº 1.413/2024 e no Regimento Interno da ARTESP.
CONSÓRCIO	Associação de sociedades, fundos ou entidades com o objetivo de participar da LICITAÇÃO e, em sendo vencedora do certame, constituir-se em SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO, segundo as leis brasileiras.
CONSULTA PÚBLICA	Etapa da LICITAÇÃO, realizada para divulgação da minuta de EDITAL, do CONTRATO e demais ANEXOS e APÊNDICES, bem como para o recebimento de sugestões dos interessados.
CONTA BANCÁRIA CENTRALIZADORA ou CONTA CENTRALIZADORA	Conta corrente de titularidade da CONCESSIONÁRIA, com movimentação restrita, disciplinada no APÊNDICE B, para a qual deverá ser transferida a totalidade da RECEITA TARIFÁRIA BRUTA da CONCESSIONÁRIA e depositada a CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA DEVIDA.
CONTA DE AJUSTE DA CONCESSÃO	Conta corrente de titularidade do PODER CONCEDENTE, segundo identificação prevista no Contrato de Administração de Contas, constante do APÊNDICE B, na qual será depositado o SALDO EM FAVOR DA CONCESSÃO, nos termos do ANEXO 4 e APÊNDICE B.
CONTA DESAPROPRIAÇÃO	Conta corrente de titularidade do PODER CONCEDENTE, segundo identificação prevista no Contrato de Administração de Contas, constante do APÊNDICE B, na qual será depositado os valores previstos pela Cláusula 21.4 do CONTRATO, nos termos do ANEXO 24.
CONTA DE CUSTEIO ESTADUAL	Conta corrente, com movimentação restrita, para a qual será destinado o montante equivalente ao CUSTEIO ESTADUAL.
CONTA DE CUSTEIO FEDERAL	Conta corrente, com movimentação restrita, para a qual será destinado o montante equivalente ao CUSTEIO FEDERAL.
CONTA DE LIVRE MOVIMENTAÇÃO	Refere-se a uma conta bancária de livre movimentação, de titularidade da parte indicada em cada caso.

CONTA MULTA	Conta corrente de titularidade do DER/SP na qual serão depositados os recursos decorrentes de arrecadação da multa de evasão no SISTEMA DE INTERLIGAÇÃO, nos termos do artigo 209-A da Lei nº 9.503 de 23 de setembro 1997, conforme regramento no APÊNDICE B, descontado o percentual previsto ao Fundo Nacional de Segurança e Educação de Trânsito pelo art. 320, §2º da Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, bem como outras deduções legais eventualmente cabíveis.
CONTAS DA CONCESSÃO	CONTA DE CUSTEIO FEDERAL, CONTA DE CUSTEIO ESTADUAL, CONTA BANCÁRIA CENTRALIZADORA, CONTA DE AJUSTE DA CONCESSÃO e CONTA MULTA.
CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA	Valor de contraprestação pública anual, conforme PROPOSTA DE PREÇOS ofertada pela CONCESSIONÁRIA quando da LICITAÇÃO.
CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA DEVIDA	Valor apurado mensalmente, conforme regramento previsto no ANEXO 20.
CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA EFETIVA	Valor que efetivamente será pago pelo PODER CONCEDENTE, mensalmente, em favor da CONCESSIONÁRIA, após a aplicação do ÍNDICE DE QUALIDADE E DESEMPENHO (IQD) sobre o montante da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA DEVIDA, conforme disposto no ANEXO 20 e no APÊNDICE B.
CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MÁXIMA	Valor máximo anual de contraprestação pública indicado no EDITAL, sobre o qual incidirá o desconto ofertado pelas LICITANTES em suas PROPOSTAS DE PREÇO.
CONTRATO	CONTRATO de concessão patrocinada dos serviços públicos de operação, manutenção e realização dos investimentos necessários para a exploração do SISTEMA DE INTERLIGAÇÃO, para que a CONCESSIONÁRIA o exerça em seu próprio nome e por sua conta e risco.
CONTRATO DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTAS	Contrato celebrado com o BANCO DEPOSITÁRIO, tendo por objetivo o regramento e a movimentação das CONTAS DA CONCESSÃO, nos termos do APÊNDICE B.
CONTRATO DE PENHOR	Contrato celebrado entre a CPP e a CONCESSIONÁRIA, para a constituição de garantia do adimplemento do pagamento da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA DEVIDA pelo PODER CONCEDENTE, nos termos do CONTRATO DE CONCESSÃO.
CONTROLE	Observados os termos do artigo 116, da Lei Federal nº 6.404/1976, significa o direito de: (a) deter a maioria dos votos nas deliberações sociais e o poder de eleger a maioria dos administradores ou gestores de outra pessoa, fundo de investimento ou entidades de previdência complementar, conforme o caso; e (b) usar efetivamente seu poder para dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento ou gestores de outra pessoa, fundo de investimento ou entidades de previdência complementar.
CONTROLADORA DE DADOS PESSOAIS ou CONTROLADORA	Pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, a quem competem as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais, nos termos da Lei Federal nº 13.709/2018.
CONVÊNIO	Convênio assinado entre o PODER CONCEDENTE e o Ministério de Portos e Aeroportos.
CREA	Conselho Regional de Engenharia e Agronomia da respectiva Unidade de Federação.
CREDENCIAMENTO	Procedimento realizado para representação das LICITANTES na SESSÃO PÚBLICA DE ENTREGA DOS

	ENVELOPES e em todos os demais atos da LICITAÇÃO, incluindo a assinatura dos documentos e declarações exigidas no EDITAL.
CREDORES	Conjunto formado pelos agentes e financiadores, incluindo os garantidores das operações e fiadores, relacionados nos documentos e contratos de financiamento.
CRONOGRAMAS	Conjunto formado pelo CRONOGRAMA FÍSICO-EXECUTIVO e CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO seja do PLANO ORIGINAL DE INVESTIMENTOS ou dos PLANOS DE INVESTIMENTOS.
CRONOGRAMA DE INTEGRALIZAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL	Cronograma de integralização do capital social da SPE, apresentado no ANEXO 13.
CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO	Cronograma contendo o detalhamento dos investimentos previstos no PLANO ORIGINAL DE INVESTIMENTOS, e daqueles incluídos em sede das REVISÕES ORDINÁRIAS e REVISÕES EXTRAORDINÁRIAS, e que integrarão os correspondentes PLANOS DE INVESTIMENTOS. Os valores totais dos investimentos no cronograma devem seguir aqueles indicados no EVTE ou nas correspondentes REVISÕES ORDINÁRIAS e REVISÕES EXTRAORDINÁRIAS, ao passo que a evolução da execução do investimento, com a distribuição própria ao longo dos anos contratuais, deve seguir o CRONOGRAMA FÍSICO-EXECUTIVO.
CRONOGRAMA FÍSICO-EXECUTIVO	Cronograma integrante do PLANO ORIGINAL DE INVESTIMENTOS, a ser apresentado pela ADJUDICATÁRIA, como condição de assinatura do CONTRATO, contendo o detalhamento, por meio de marcos iniciais, intermediários e finais, para cada um dos investimentos indicados nos ANEXOS 5, 6 e 7, considerando os prazos iniciais e finais de conclusão das obras ali previstas.
CUSTEIO FEDERAL	Representativo de 50% do valor de APOORTE PÚBLICO obtido na PROPOSTA COMERCIAL vencedora.
CUSTEIO ESTADUAL	Representativo de 50% do valor de APOORTE PÚBLICO obtido na PROPOSTA COMERCIAL vencedora.
DADOS PESSOAIS	Informação relacionada a pessoa natural identificada ou identificável.
DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO	Data em que o CONTRATO foi assinado pelas PARTES.
DATA DE INÍCIO	Data de assinatura do TERMO DE TRANSFERÊNCIA INICIAL e início da contagem do PRAZO DA CONCESSÃO.
DATA DE INÍCIO DE OPERAÇÃO	Início da OPERAÇÃO COMERCIAL, após a conclusão das obras do TÚNEL, ACESSOS URBANOS e PRÉDIOS DE ACESSO e o cumprimento dos demais requisitos previstos no ANEXO 4 e no ANEXO 5.
DATA ROOM	Diretório de documentos cujo acesso será concedido após pedido enviado ao endereço eletrônico tunelimerso@sp.gov.br com o título “Acesso ao data room - Túnel Imerso Santos-Guarujá”.
DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA	Decreto editado pelo Chefe do Poder Executivo do Estado de São Paulo, declarando a utilidade pública das áreas necessárias para a implantação do objeto da presente CONCESSÃO, para fins de desapropriação ou servidão administrativa. Este termo também se aplica, para os fins do CONTRATO, caso necessária emissão de declaração de interesse social, nos termos das normas aplicáveis.

DEMANDA ESTIMADA	Conforme definição constante do item 2.5 do ANEXO 20.
DEMANDA OBSERVADA	Conforme definição constante do item 2.7.1 do ANEXO 20, a ser considerada para fins do mecanismo de compartilhamento do risco de demanda.
DER ou DER/SP	Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo, autarquia vinculada à Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística - SEMIL, com sede na Avenida Prof. Frederico Hermann Júnior, nº 345, Alto de Pinheiros, CEP 05459-010, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.
DESAFETAÇÃO	Ato unilateral do ESTADO para alteração do regime jurídico de bem público integrante do SISTEMA DE INTERLIGAÇÃO afeto ao SERVIÇO DELEGADO, ao regime de bem dominical.
DEVOLUÇÃO DO SISTEMA DE INTERLIGAÇÃO	A devolução, de todo ou parte do SISTEMA DE INTERLIGAÇÃO, pela CONCESSIONÁRIA ao PODER CONCEDENTE, nos moldes do ANEXO 10.
DIRETOR DA SESSÃO	Representante da B3 que conduzirá a SESSÃO PÚBLICA de abertura e julgamento das PROPOSTAS DE PREÇO, em nome da COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO, segundo os ditames do EDITAL.
DOCA SECA	Local onde serão confeccionados os elementos pré-moldados do TÚNEL de maneira que seja possível a imersão e posterior transporte dos mesmos, com a inundação desta infraestrutura.
DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	Documentos que deverão ser apresentados pela LICITANTE no ENVELOPE de habilitação, relativos à HABILITAÇÃO JURÍDICA, REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA, QUALIFICAÇÃO TÉCNICA e QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA.
DOE/SP	Diário Oficial do Estado de São Paulo.
DOU	Diário Oficial da União.
EDITAL ou EDITAL DE LICITAÇÃO	O edital de Concorrência Internacional nº 01/2025 e todos os seus ANEXOS e APÊNDICES.
ENCARREGADO	Pessoa indicada pelo CONTROLADOR DE DADOS PESSOAIS e pelo OPERADOR DE DADOS PESSOAIS para atuar como canal de comunicação entre o CONTROLADOR DE DADOS PESSOAIS, os TITULARES DOS DADOS PESSOAIS e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).
ESTADO	Estado de São Paulo.
ESTRUTURA TARIFÁRIA	Consiste na estrutura de TARIFAS previstas na CONCESSÃO disciplinada no ANEXO 4.
ESTUÁRIO DE SANTOS	Áreas do Porto Organizado de Santos entre os bairros do Macuco, no Município de Santos (margem à direita), e o bairro de Vicente de Carvalho, no Município do Guarujá (margem à esquerda).
EVENTO CLIMÁTICO EXTREMO	Ocorrências climáticas ou meteorológicas extraordinárias que deem ensejo à publicação, no DOE, de decreto de calamidade pública pelo PODER CONCEDENTE e causem avarias no SISTEMA DE INTERLIGAÇÃO, tornando necessária a realização de obras de manutenção emergencial, na forma do ANEXO 6, para a restauração da fluidez do tráfego, recuperação da infraestrutura rodoviária e segurança dos USUÁRIOS.

EVENTOS DE DESEMBOLSO	Eventos descritos no ANEXO 22, cuja execução pela CONCESSIONÁRIA ensejará o pagamento das respectivas parcelas de APORTE PÚBLICO.
EVENTO DE DESEQUILÍBRIO	Evento, ato ou fato, que desencadeia o desequilíbrio econômico-financeiro do presente CONTRATO, conforme Cláusulas Vigésima Primeira e Vigésima Segunda do CONTRATO, e que enseja a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO.
EVTE	Estudo de viabilidade técnica e econômico-financeira, que apresenta os valores estimados e os anos contratuais dos investimentos que comporão o PLANO ORIGINAL DE INVESTIMENTOS, e que servirá de base para a elaboração do CRONOGRAMA FÍSICO-EXECUTIVO a ser apresentado pela CONCESSIONÁRIA nos termos regrados pelo CONTRATO.
FIANÇA	Carta de Fiança Bancária a ser contratada pela LICITANTE na qual o banco fiador obriga-se perante os CREDORES da LICITANTE, conforme os termos definidos no ANEXO 18.
FINANCIADORES	Bancos comerciais, bancos de desenvolvimento, agências multilaterais, agências de crédito à exportação, agentes fiduciários, administradores de fundos ou outras entidades que concedam financiamento à CONCESSIONÁRIA ou representem as partes credoras neste financiamento.
FINANCIAMENTO DE LONGO PRAZO	A operação contratada pela CONCESSIONÁRIA, como devedora, para obter recursos de terceiros para a execução de suas obrigações contratuais, cujas obrigações de pagamento do montante principal da dívida tenham prazo médio de vencimento superior a 5 (cinco) anos.
GARANTIA PÚBLICA	Garantia prestada pelo PODER CONCEDENTE, para garantir o pagamento da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA DEVIDA, a qual deverá ser mantida durante todo o PRAZO DA CONCESSÃO, nos termos e condições estabelecidos no CONTRATO.
GARANTIA DA PROPOSTA	Garantia de cumprimento da proposta a ser apresentada pelas LICITANTES, nos termos do EDITAL.
GARANTIA DE EXECUÇÃO	Garantia do fiel cumprimento das obrigações do CONTRATO, a ser prestada e mantida pela CONCESSIONÁRIA, em favor da ARTESP, nos montantes e nos termos definidos na Cláusula Trigésima Quarta do CONTRATO.
GARANTIDORES	Companhias seguradoras autorizadas a funcionar e operar no Brasil, de porte compatível com o objeto segurado, que celebrem contratos com a CONCESSIONÁRIA necessários à cobertura dos riscos inerentes ao desenvolvimento das obras e prestação de serviços objeto da CONCESSÃO, ou INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS responsáveis pela emissão de FIANÇA.
GOVERNO FEDERAL	Representado pelo Ministério de Portos e Aeroportos.
GRUPO ECONÔMICO	Compõem o GRUPO ECONÔMICO da LICITANTE, da ADJUDICATÁRIA e/ou da CONCESSIONÁRIA as sociedades coligadas, controladas ou de simples participação, nos termos dos artigos 1.097 e seguintes, do Código Civil, e do artigo 243, da Lei Federal nº 6.404/1976, e as empresas ou fundos de investimentos que possuam diretores, administradores, exceto conselheiros de administração, gestores ou acionistas (com mais de 10% de participação) ou representantes legais comuns, bem como aquelas que dependem econômica ou financeiramente de

	outra empresa ou fundo de investimento, além das empresas ou fundos de investimento sujeitos a uma mesma estrutura global, incluindo compartilhamento global de conhecimento, governança e política corporativa.
HABILITAÇÃO JURÍDICA	Documentação necessária à comprovação de habilitação jurídica para contratação com a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.
INCIDENTE DE FALHA DE INTEGRIDADE	Significa a condenação, da CONCESSIONÁRIA ou de algum de seus diretores, administradores ou gestores, nesta qualidade, em processo administrativo de apuração de responsabilidade, nos termos da Lei Federal nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), do Decreto Federal nº 8.420/2015 e/ou do Decreto Estadual nº 60.106/2014; ou o acolhimento, há mais de 30 (trinta) dias, de (i) denúncia criminal por prática das condutas tipificadas nos artigos 332 e 333, do Código Penal (Decreto-Lei nº 2.848/1940), e/ou artigos 90 a 95 e 97, da LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS; ou (ii) de ação civil pública proposta nos termos dos artigos 9º e 10, da Lei Federal nº 8.429/1992, em todos os casos quando acompanhadas de indícios de autoria, materialidade e de lastro probatório mínimo das condutas que deram origem a tais procedimentos e sem que o prosseguimento de tais ações tenha sido obstado por decisão judicial definitiva ou acautelatória. Somente serão considerados, para fins desta definição, procedimentos em que a parte lesada seja a Administração Pública, direta ou indireta, do Estado de São Paulo.
INDICADORES DE DESEMPENHO	Conjunto de parâmetros medidores da qualidade dos serviços prestados que contribuirão para determinar o CSP nos termos do ANEXO 3.
ÍNDICE DE QUALIDADE E DESEMPENHO ou IQD	Índice composto pelo COEFICIENTE DE DESEMPENHO DOS SERVIÇOS PRESTADOS (CSP), aferido conforme regramento e periodicidade estabelecidos no ANEXO 3.
INSPEÇÃO ACREDITADA	Verificação realizada de modo a emitir o CERTIFICADO DE QUALIDADE.
INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	Qualquer instituição autorizada pelo Banco Central do Brasil, ou órgão análogo, quando se tratar de instituição estrangeira, que tenha como atividade principal ou acessória a coleta, intermediação ou aplicação de recursos financeiros próprios ou de terceiros, em moeda nacional ou estrangeira, e a custódia de valor de propriedade de terceiros.
INTERFERÊNCIAS	Instalações relacionadas aos serviços públicos de saneamento básico, energia elétrica, telecomunicações, linhas férreas, e estruturas do Cais Outeirinhos que interfiram ou sofram interferência, ou possam vir a fazê-lo, de forma direta ou indireta, em razão de atividade objeto do CONTRATO desempenhada pela CONCESSIONÁRIA.
INTERVENIENTE GARANTIDORA	Companhia Paulista de Parcerias.
INVENTÁRIO ou INVENTÁRIO DE BENS REVERSÍVEIS	Inventário dos bens, investimentos e obras a serem mantidos pela CONCESSIONÁRIA durante o PRAZO DA CONCESSÃO, composto pelo TERMO DE ARROLAMENTO DE BENS REVERSÍVEIS, o qual deverá ser realizado por meio de vídeo registro georreferenciado conforme especificações do ANEXO 6.
INVESTIGAÇÃO INDEPENDENTE	Atividade de investigação por entidade externa à CONCESSIONÁRIA, que não seja PARTE RELACIONADA e não esteja prestando ou tenha prestado serviços à CONCESSIONÁRIA nos últimos seis meses, para que

	apure, com independência técnica, sem a ingerência da direção ou demais empregados, colaboradores ou prestadores de serviço da CONCESSIONÁRIA, o envolvimento da CONCESSIONÁRIA, de forma direta ou indireta, na prática de INCIDENTE DE FALHA DE INTEGRIDADE.
IPCA/IBGE ou IPCA	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou outro que venha a substituí-lo na hipótese de sua extinção.
LEI DAS CONCESSÕES	Lei Federal nº 8.987/1995 e respectivas alterações e regulamentação.
LEI DE CRIMES AMBIENTAIS	Lei Federal nº 9.605/1998 e respectivas alterações e regulamentação.
LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS	Lei Federal nº 14.133/2021 e respectivas alterações e regulamentação.
LICENÇA AMBIENTAL DE INSTALAÇÃO, LICENÇA DE INSTALAÇÃO ou LI	Licenças Ambientais que autorizam a instalação do empreendimento ou atividade de acordo com as especificações constantes dos planos, programas e projetos aprovados, incluindo as medidas de controle ambiental e demais condicionantes.
LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO, LICENÇA DE OPERAÇÃO ou LO	Licença Ambiental que autoriza a operação da atividade ou empreendimento, após a verificação do efetivo cumprimento do que consta das licenças anteriores – LICENÇA PRÉVIA e LICENÇA DE INSTALAÇÃO – com as medidas de controle ambiental e condicionantes necessárias para a operação.
LICENÇA AMBIENTAL PRÉVIA, LICENÇA PRÉVIA ou LP	Licença Ambiental concedida na fase preliminar do planejamento do empreendimento ou atividade, aprovando sua localização e concepção, atestando a sua viabilidade ambiental e estabelecendo os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos nas próximas fases de sua implementação.
LICENÇAS AMBIENTAIS	Licenças ambientais emitidas por órgãos ambientais competentes.
LICITAÇÃO ou CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL	Procedimento administrativo consubstanciado na Concorrência Internacional nº 01/2025, para seleção da CONCESSIONÁRIA que executará o objeto da CONCESSÃO.
LICITANTE	Sociedades brasileiras ou estrangeiras, fundos de investimentos e/ou entidades que, isoladamente ou reunidas em consórcio, que participam da LICITAÇÃO.
LICITANTE VENCEDORA	LICITANTE declarada vencedora por ter apresentado a proposta mais bem classificada e atendido a todas as condições do EDITAL.
MANUAL DE PROCEDIMENTOS	Documento elaborado pela B3, contendo orientações, regras e modelos de documentos para os procedimentos de prestação de GARANTIA DE PROPOSTA, procedimentos operacionais, bem como todos os demais procedimentos pertinentes à realização do certame, conforme ANEXO 19.
MULTIPLICADOR DA TARIFA	É o multiplicador da TARIFA por categoria, conforme ANEXO 4.
NEGÓCIOS PÚBLICOS	Potenciais ativos ou fontes de geração de receitas adicionais identificados pela ARTESP, pelo PODER CONCEDENTE ou pela CONCESSIONÁRIA, que possam ser explorados por meio de estruturas contratuais ou societárias, ou, ainda, a partir de ferramentas de direito societário e/ou de mercado de capitais, cuja proposição compreenda a participação do PODER CONCEDENTE, e preveja regras claras sobre a forma de atuação e as

	responsabilidades dos atores público e privado, além do compartilhamento dos riscos envolvidos e das receitas estimadas.
NORMAS OPERACIONAIS	Normas a serem elaboradas pela CONCESSIONÁRIA, que estabelecerão as instruções para os procedimentos de rotina e para casos excepcionais, como uso de pista livre, tráfego de cargas especiais, evasões, cancelamento de registros indevidos, acidentes e outros.
NOTIFICAÇÃO DE ALERTA	Comunicado a ser expedido pela ARTESP ou pelo Agente, conforme o caso, sempre que ocorrer algum evento de alerta nos termos do ANEXO 8.
NOTIFICAÇÃO DE CONCLUSÃO	Notificação encaminhada pela CONCESSIONÁRIA ao AUDITOR INDEPENDENTE e à AGÊNCIA REGULADORA comunicando a conclusão das obras e serviços construtivos relativos a um determinado EVENTO DE DESEMBOLSO, para fins de transferência da correspondente parcela do APOORTE PÚBLICO, conforme previsto no ANEXO 22.
NOTIFICAÇÃO DE DESEMBOLSO	Notificação encaminhada ao BANCO DEPOSITÁRIO, indicando o valor de repasse do APOORTE PÚBLICO, conforme previsto no ANEXO 22.
NOTIFICAÇÃO DE FISCALIZAÇÃO	Notificação encaminhada pelo AUDITOR INDEPENDENTE à CONCESSIONÁRIA, à AGÊNCIA REGULADORA, ao DER/SP e ao PODER CONCEDENTE, conforme previsto no ANEXO 22.
OBRAS DE IMPLANTAÇÃO	Obras a serem realizadas pela CONCESSIONÁRIA para implantação do TÚNEL, ACESSOS URBANOS e PRÉDIOS DE ACESSO.
ÔNUS DE FISCALIZAÇÃO	Valor correspondente a 3% (três por cento) da RECEITA TARIFÁRIA BRUTA, da RECEITA ACESSÓRIA e da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA DEVIDA, a ser pago à ARTESP em função das atividades de sua competência realizadas.
OPERAÇÃO COMERCIAL	Operação dos PÓRTICOS para fins de cobrança das TARIFAS DE PEDÁGIO, que está condicionada ao regramento estabelecido no ANEXO 4.
OPERADORA DE DADOS PESSOAIS	Pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o tratamento de DADOS PESSOAIS em nome do controlador, nos termos da Lei Federal nº 13.709/2018.
PADRÃO DE DESEMPENHO ou PD	Padrões de Desempenho Sobre Sustentabilidade Socioambiental da IFC de 1º de janeiro de 2012, disponíveis em http://www.ifc.org/performancestandards e as Notas de Orientação que os acompanham, indicados no ANEXO 06.
PARTES	PODER CONCEDENTE e CONCESSIONÁRIA.
PARTES RELACIONADAS	Com relação à CONCESSIONÁRIA, qualquer pessoa do seu GRUPO ECONÔMICO, bem como aquelas assim consideradas pelas normas contábeis vigentes.
PARTICIPANTE CREDENCIADA	Sociedade corretora habilitada pelo Banco Central do Brasil (BCB) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), devidamente autorizada a operar na B3 e que poderá ser contratada pela(s) LICITANTE(S), a critério destas, para representá-la(s) em todos os atos relacionados à LICITAÇÃO junto à B3, conforme o MANUAL DE PROCEDIMENTOS da B3 que constitui o ANEXO 19.
PLANO DE DESAPROPRIAÇÃO DAS OBRAS DE IMPLANTAÇÃO	Plano apresentado pela CONCESSIONÁRIA à AGÊNCIA REGULADORA contendo, no mínimo: (i) indicação das áreas que demandam desapropriação de imóveis privados para a realização das OBRAS DE IMPLANTAÇÃO; e (ii) cronograma proposto para as ações de desapropriação,

	instituição de servidão administrativa e ocupação temporária e para a publicação das DECLARAÇÕES DE UTILIDADE PÚBLICA, observando: (a) as datas previstas para execução no CRONOGRAMA FÍSICO-EXECUTIVO; (b) os marcos para envio da documentação necessária para a emissão das DECLARAÇÕES DE UTILIDADE PÚBLICA, observado o prazo previsto na Cláusula 18.1, inciso v; e (c) os marcos para emissão das DECLARAÇÕES DE UTILIDADE PÚBLICA, observada alínea (b).
PLANO DE DESMOBILIZAÇÃO	Documento a ser elaborado pela CONCESSIONÁRIA, submetido à aprovação da AGÊNCIA REGULADORA, dispondo sobre processo de desmobilização do SISTEMA DE INTERLIGAÇÃO ao final da CONCESSÃO PATROCINADA, a fim de viabilizar a reversão dos BENS REVERSÍVEIS e garantir a contínua e adequada prestação dos serviços.
PLANO DE SEGUROS	Documento contendo a relação de todos os seguros de contratação obrigatória, nos termos do CONTRATO, ANEXOS e APÊNDICES, cujas apólices deverão estar válidas e vigentes durante todo o PRAZO DA CONCESSÃO, e dos demais seguros de que a CONCESSIONÁRIA pretende, a seu critério, contratar, sendo passível de revisão nos termos do CONTRATO.
PLANO ORIGINAL DE INVESTIMENTOS ou POI	Documento apresentado pela ADJUDICATÁRIA, como condição de assinatura do CONTRATO, composto pelas obras e investimentos definidos e detalhados no ANEXOS 5, 6, 7 e 21, o qual será revisto nas REVISÕES ORDINÁRIAS e, eventualmente, nas REVISÕES EXTRAORDINÁRIAS, mediante emissão de novos PLANOS DE INVESTIMENTOS. O PLANO ORIGINAL DE INVESTIMENTOS deverá conter o CRONOGRAMA FÍSICO-EXECUTIVO e CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO, que deverá ser elaborado conforme as especificações do CONTRATO e ANEXOS.
PLANOS DE INVESTIMENTOS	Documento elaborado em conjunto pela CONCESSIONÁRIA e ARTESP, após as REVISÕES ORDINÁRIAS e REVISÕES EXTRAORDINÁRIAS, mediante o qual serão estabelecidos os investimentos a serem realizados pela CONCESSIONÁRIA nos anos subsequentes à sua elaboração. Cada PLANO DE INVESTIMENTOS deverá conter o CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO, contemplando detalhamento do desenvolvimento para a execução de cada um dos investimentos previstos.
PLATAFORMA	Sítio eletrônico a ser implantado e gerenciado pela CONCESSIONÁRIA, que deverá permitir que todos os USUÁRIOS que acessarem o SISTEMA DE INTERLIGAÇÃO possam pagar a TARIFA DE PEDÁGIO utilizando os meios de pagamento eletrônico previstos na legislação e regulação competente.
PODER CONCEDENTE	O Estado de São Paulo, por intermédio da SECRETARIA DE PARCERIAS EM INVESTIMENTOS.
POLÍTICA DE TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	Documento elaborado e aprovado pelos órgãos de administração da CONCESSIONÁRIA que deverá conter as regras e condições para a realização de transações entre a CONCESSIONÁRIA e suas PARTES RELACIONADAS, nos termos deste CONTRATO.
PÓRTICO	Infraestrutura física que abriga os equipamentos necessários para viabilizar a cobrança de TARIFA no

	SISTEMA AUTOMÁTICO LIVRE, nos termos disciplinados no ANEXO 4.
PRAZO DA CONCESSÃO	O prazo de 30 (trinta) anos, contado a partir da assinatura do TERMO DE TRANSFERÊNCIA INICIAL, prorrogável nas hipóteses previstas no CONTRATO.
PRÉDIOS DE ACESSO	Edificações que permitem a entrada e saída de pedestres e ciclistas no TÚNEL.
PRIMEIRO CICLO DE REVISÃO ORDINÁRIA	Período de quatro anos que se inicia a partir da assinatura do TERMO DE TRANSFERÊNCIA INICIAL.
PROGRAMA DE CONFORMIDADE	Programa a ser desenvolvido pela CONCESSIONÁRIA nos termos da Cláusula 28.13 do CONTRATO.
PROGRAMA DE PRIVACIDADE DE DADOS	Programa a ser desenvolvido pela CONCESSIONÁRIA nos termos da Cláusula 20.3.3 do CONTRATO.
PROJETO EXECUTIVO	Conjunto dos elementos necessários e suficientes à execução completa da obra, conforme descrição detalhada apresentada no APÊNDICE E.
PROJETO FUNCIONAL	Conjunto de elementos que, sem limitar ou afastar os demais riscos alocados à CONCESSIONÁRIA, permitem a caracterização da obra, o serviço ou o complexo de obras e serviços que compõem o empreendimento, de tal modo que suas características básicas e desempenho almejado estejam perfeitamente definidos, possibilitando a estimativa de seu custo e prazo de execução, conforme descrição detalhada apresentada no APÊNDICE E.
PROPOSTA DE PREÇO ou PROPOSTA	Proposta na qual foi apresentado o valor do desconto sobre a CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MÁXIMA, e eventual desconto sobre o APORTE PÚBLICO MÁXIMO para exploração do objeto da CONCESSÃO, conforme regramento no EDITAL.
QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA	Documentação necessária à comprovação de habilitação econômico-financeira para contratação com o PODER CONCEDENTE.
QUALIFICAÇÃO TÉCNICA	Documentação necessária à comprovação de habilitação técnica para contratação com o PODER CONCEDENTE.
REASSENTAMENTO	Deslocamento de pessoas ou comunidades, resultante da desocupação de áreas do SISTEMA DE INTERLIGAÇÃO, realizado por meio do pagamento de indenização por perda de bens ao custo total de reposição e outras formas de assistência, em observância aos Padrões de Desempenho da IFC de 01 de janeiro de 2012.
RECEITA BRUTA	Compreende a somatória da RECEITA ACESSÓRIA bruta e da RECEITA TARIFÁRIA BRUTA, não descontados os tributos incidentes sobre receita.
RECEITA TARIFÁRIA ou RECEITA TARIFÁRIA BRUTA	Compreende a somatória das TARIFAS DE PEDÁGIO cobrada dos USUÁRIOS, calculada com base no disposto no ANEXO 4, sem a aplicação do ÍNDICE DE QUALIDADE E DESEMPENHO (IQD).
RECEITA TARIFÁRIA DEVIDA	Compreende o valor efetivamente transferido à CONCESSIONÁRIA, correspondente à RECEITA TARIFÁRIA BRUTA calculada conforme disposto no ANEXO 4, após a aplicação do ÍNDICE DE QUALIDADE E DESEMPENHO (IQD).
RECEITAS ACESSÓRIAS	Receitas alternativas, complementares ou acessórias, decorrentes da execução de atividades acessórias, da gestão e fiscalização de SERVIÇOS COMPLEMENTARES ou de projetos associados.
REGULAMENTO DA CONCESSÃO	Regulamento da CONCESSÃO nos termos do ANEXO 1.

REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA	Atributo decorrente da apresentação e aceitação da documentação necessária à comprovação de habilitação fiscal e trabalhista para contratação com o PODER CONCEDENTE.
REIDI	Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura
REINTEGRAÇÃO DE POSSE	Ação judicial que objetiva a restituição da posse de bem integrante do SISTEMA DE INTERLIGAÇÃO em caso de esbulho.
RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO OU IQD	Relatório contendo a apuração do ÍNDICE DE QUALIDADE E DESEMPENHO da CONCESSIONÁRIA na consecução do objeto do CONTRATO, que será preparado periodicamente pela ARTESP e entregue à CONCESSIONÁRIA, nos termos do regramento estabelecido no CONTRATO e ANEXO 3.
RELATÓRIO DE MONITORAMENTO DE RISCOS CLIMÁTICOS	Tem o significado conferido pela Cláusula 16.5 do CONTRATO.
RELATÓRIOS TRIMESTRAIS DE APURAÇÃO DO CSP	Relatórios contendo apuração trimestral do CSP da CONCESSIONÁRIA, que será preparado pela ARTESP e entregue à CONCESSIONÁRIA nos termos do regramento estabelecido no CONTRATO e ANEXO 3.
RELATOR INDEPENDENTE ou RELATOR	Pessoa física ou jurídica, sem vínculo com a CONCESSIONÁRIA e suas PARTES RELACIONADAS, escolhida mediante sorteio pela AGÊNCIA REGULADORA após apresentação de lista tríplice por parte da CONCESSIONÁRIA, que não tenha recebido delas qualquer forma de remuneração nos 12 (doze) meses anteriores à realização de suas atividades no âmbito do CONTRATO, ANEXOS e APÊNDICES, e que, às expensas da CONCESSIONÁRIA, será responsável por realizar as atividades previstas no CONTRATO e no ANEXO 10.
REMUNERAÇÃO	Montante que a CONCESSIONÁRIA fará jus pela execução do CONTRATO, composto pela arrecadação da TARIFA DE PEDÁGIO DEVIDA, da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA EFETIVA, do APORTE PÚBLICO e das RECEITAS ACESSÓRIAS, nos termos do CONTRATO e seus ANEXOS, especialmente ANEXO 4.
REPRESENTANTES CREDENCIADOS	Pessoas físicas autorizadas a representar os LICITANTES em todos os documentos e atos relacionados à LICITAÇÃO.
RESPONSÁVEL TÉCNICO	Pessoa física indicada para se responsabilizar pelos serviços de ampliação, operação e manutenção a serem prestados pela CONCESSIONÁRIA, mediante vínculo direto ou indireto, neste caso por intermédio de terceiro contratado mediante SUBCONTRATAÇÃO QUALIFICADA, quando possível.
REVISÃO EXTRAORDINÁRIA	Revisão do CONTRATO, a pedido da CONCESSIONÁRIA ou do PODER CONCEDENTE, ou mediante provocação da ARTESP, a fim de ajustá-lo às mudanças, alterações ou condições que venham a influenciar o cumprimento contratual, nos termos do CONTRATO, e recompor o seu equilíbrio econômico-financeiro, apenas cabível nas hipóteses excepcionais previstas no CONTRATO, em que não seja possível tratar a questão em sede de REVISÃO ORDINÁRIA.
REVISÃO ORDINÁRIA	Revisão do CONTRATO, realizada quadrienalmente, com o escopo de adaptar os INDICADORES DE DESEMPENHO, PLANO DE INVESTIMENTOS e PLANO DE SEGUROS, e quaisquer outras condições da CONCESSÃO

	PATROCINADA, às modificações que tenham sido percebidas neste período, a fim de recompor o seu equilíbrio econômico-financeiro, conforme disposto no CONTRATO
SALDO DE RECOMPOSIÇÃO	Parcela do saldo da CONTA MULTA a ser utilizado como recurso para pagamento da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA DEVIDA, nos termos do APÊNDICE B e do ANEXO 20.
SALDO EM FAVOR DA CONCESSÃO	Valor correspondente à incidência dos INDICADORES DE DESEMPENHO que poderá ser utilizado nos termos do APÊNDICE B.
SECRETARIA DE PARCERIAS EM INVESTIMENTOS	Secretaria de Parcerias em Investimentos do Estado de São Paulo.
SEGUNDO CICLO DE REVISÃO ORDINÁRIA	Período de quatro anos que se inicia a partir do fim do PRIMEIRO CICLO DE REVISÃO ORDINÁRIA.
SERVIÇO ADEQUADO	É o serviço que satisfaz às condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade e cortesia na sua prestação, dentro dos melhores parâmetros de qualidade, valendo-se de todos os meios e recursos para sua execução, aos padrões e procedimentos estabelecidos no CONTRATO, àqueles determinados pelo PODER CONCEDENTE e pela ARTESP e nos termos da legislação e regulamentação vigentes, especialmente observando o artigo 6º, da Lei Federal nº 8.987/1995, e artigo 17, da Lei Estadual nº 7.835/1992.
SERVIÇOS COMPLEMENTARES	Serviços considerados convenientes, mas não essenciais, destinados a manter o SERVIÇO ADEQUADO em todo o SISTEMA DE INTERLIGAÇÃO, nos termos do CONTRATO.
SERVIÇOS NÃO DELEGADOS	Aqueles de competência exclusiva do Poder Público, não compreendidos no objeto desta CONCESSÃO, tais como: <ul style="list-style-type: none"> I. Policiamento ostensivo de trânsito, preventivo e repressivo; II. Fiscalização e autuação de infrações relativas a <ul style="list-style-type: none"> a. Veículo; b. Documentação; c. Motorista; d. Regras de circulação, estacionamento e parada. III. Emissão de outorgas, nos termos da lei, referentes a: <ul style="list-style-type: none"> a. Serviços de transporte coletivo de caráter rodoviário, internacional, interestadual e intermunicipal; b. Serviços de transporte coletivo de caráter urbano, intermunicipal, suburbano, metropolitano ou municipal; c. Serviço de transporte de trabalhadores rurais ou de pessoas em veículos de carga; d. Serviços de transporte de cargas excepcionais.
SERVIÇOS DELEGADOS	Serviços a serem prestados pela CONCESSIONÁRIA compreendendo aqueles correspondentes às funções operacionais de exploração, gestão, ampliação, operação e conservação.
SESSÃO PÚBLICA DE ENTREGA DOS ENVELOPES	Sessão pública presencial para recebimento dos ENVELOPES das LICITANTES e realização de CREDENCIAMENTO, sendo encerrada após a abertura do Envelope B de todas as LICITANTES.
SESSÃO PÚBLICA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS	Sessão pública presencial para abertura do Envelope C das LICITANTES cujas GARANTIAS DA PROPOSTA tenham

	sido declaradas regulares pela COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO, bem como para a prática dos demais atos pertinentes ao procedimento da LICITAÇÃO.
SESSÕES PÚBLICAS	SESSÃO PÚBLICA DE ENTREGA DOS ENVELOPES e SESSÃO PÚBLICA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS.
SISTEMA AUTOMÁTICO LIVRE	Conjunto de equipamentos, sensores e sistemas instalados em PÓRTICOS ao longo do SISTEMA DE INTERLIGAÇÃO, que registra a passagem do veículo para cobrança do valor da TARIFA DE PEDÁGIO sem a necessidade de parada do veículo e sem bloqueios físicos.
SISTEMA DE INTERLIGAÇÃO	A malha concedida à CONCESSIONÁRIA, conforme descrito no ANEXO 2.
SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO (SPE)	Sociedade anônima, constituída na conformidade da lei brasileira, com a finalidade específica de prestar os serviços públicos objeto da presente CONCESSÃO.
SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE CONTROLE	Solicitação feita pela CONCESSIONÁRIA, sujeita, exceto nos casos previstos no ACORDO TRIPARTITE, caso seja assinado, à prévia anuência pela ARTESP, para a TRANSFERÊNCIA DE CONTROLE da SPE.
SUBCONTRATAÇÃO QUALIFICADA	Hipótese facultada ao LICITANTE para a comprovação das condições técnicas compatíveis com os investimentos iniciais e com a operação do SISTEMA DE INTERLIGAÇÃO, mediante a celebração de contrato com entidade que detenha os requisitos definidos no EDITAL.
SUBCONTRATADO	Terceiro contratado à conta e risco da CONCESSIONÁRIA para execução de serviços afetos à CONCESSÃO.
SUBCONTRATADO QUALIFICADO	Subcontratada(o)(s) contratados pela LICITANTE e/ou por sociedade integrante de seu GRUPO ECONÔMICO para fins do disposto no EDITAL e no CONTRATO.
SUCESSORA	Concessionária, vencedora de processo licitatório já finalizado, que tenha por objeto, integral ou parcial, o SISTEMA DE INTERLIGAÇÃO, ou órgão ou entidade da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, que suceda a CONTRATADA.
TABELA DE CLASSIFICAÇÃO DE INFRAÇÕES	Tabela de classificação de infrações nos termos do ANEXO 11.
TARIFA DE PEDÁGIO ou TARIFA	Tarifa cobrada pela CONCESSIONÁRIA dos USUÁRIOS, nos termos do CONTRATO e especialmente do ANEXO 4, bem como em atendimento à regulação exercida pela ARTESP.
TARIFA DE PEDÁGIO DEVIDA	Compreende a TARIFA DE PEDÁGIO, calculada conforme disposto no ANEXO 4, aplicado o ÍNDICE DE QUALIDADE E DESEMPENHO (IQD).
TARIFA DE PEDÁGIO BASE	Tem o significado atribuído no ANEXO 4.
TERCEIRO CICLO DE REVISÃO ORDINÁRIA	Período de quatro anos que se inicia a partir do fim do SEGUNDO CICLO DE REVISÃO ORDINÁRIA.
TERMO DE ARROLAMENTO DE BENS REVERSÍVEIS	Documento que integrará o INVENTÁRIO dos BENS REVERSÍVEIS, a ser mantido e atualizado pela CONCESSIONÁRIA durante todo o PRAZO DA CONCESSÃO, nos termos do CONTRATO e ANEXOS.
TERMO DE FISCALIZAÇÃO	Documento contendo registro das eventuais ocorrências apuradas nas fiscalizações realizadas no SISTEMA DE INTERLIGAÇÃO, que a ARTESP deverá encaminhar à CONCESSIONÁRIA, nos termos do CONTRATO.
TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO	Termo de Recebimento Definitivo do SISTEMA DE INTERLIGAÇÃO, disciplinado no ANEXO 10 e no CONTRATO.

TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO	Termo de Recebimento Provisório do SISTEMA DE INTERLIGAÇÃO, disciplinado no ANEXO 10 e no CONTRATO.
TERMO DE TRANSFERÊNCIA INICIAL	Documento assinado pela CONCESSIONÁRIA e pela ARTESP por meio do qual se regulamenta a transferência, pelo PODER CONCEDENTE e por intermédio da ARTESP, à CONCESSIONÁRIA, do controle da área em que será implantado o SISTEMA DE INTERLIGAÇÃO, conforme disciplinado no ANEXO 15.
TITULAR DE DADOS PESSOAIS	Pessoa natural a quem se referem os dados pessoais que são objeto de tratamento, nos termos do artigo 5º, inciso V, da Lei 13.709/2018 e nos termos do CONTRATO.
TRANSAÇÕES INVÁLIDAS FRAUDULENTAS	Transações em que a CONCESSIONÁRIA não tenha conseguido identificar os USUÁRIOS em razão de ações cometidas pelos USUÁRIOS, inviabilizando a cobrança da TARIFA DE PEDÁGIO e eventual autuação pelo PODER CONCEDENTE.
TRANSAÇÕES INVÁLIDAS	Transações em que a CONCESSIONÁRIA não tenha sido capaz de registrar e produzir as informações necessárias para identificação dos USUÁRIOS que não tenham realizado pagamento eletrônico por meio de AVI, inviabilizando a cobrança da TARIFA DE PEDÁGIO e eventual autuação pelo PODER CONCEDENTE.
TRANSAÇÕES VÁLIDAS	Transações referentes aos USUÁRIOS que tenham realizado pagamento eletrônico por meio de AVI, da PLATAFORMA, ou de qualquer outro meio de pagamento disponibilizado pela CONCESSIONÁRIA, bem como transações em que a CONCESSIONÁRIA tenha sido capaz de registrar e produzir as informações necessárias para identificação dos USUÁRIOS que não tenham realizado pagamento por algum dos meios disciplinados acima.
TRANSFERÊNCIA DA CONCESSÃO	Consiste na transferência da CONCESSÃO a terceiros, mediante anuência prévia do PODER CONCEDENTE, nos termos do CONTRATO.
TRANSFERÊNCIA DE CONTROLE ACIONÁRIO ou TRANSFERÊNCIA DE CONTROLE	Qualquer modificação de composição societária que implique modificação do CONTROLE, direto ou indireto, da CONCESSIONÁRIA, observada o disposto na Lei Federal nº 6.404/1976.
TRANSFERÊNCIA DO CONTROLE DO SISTEMA DE INTERLIGAÇÃO ou TRANSFERÊNCIA DO SISTEMA DE INTERLIGAÇÃO	A transmissão direta, do todo ou em parte, do SISTEMA DE INTERLIGAÇÃO, conforme objeto de futuro processo licitatório finalizado, da CONCESSIONÁRIA para a SUCESSORA, ou decorrente de procedimento de TRANSFERÊNCIA DA CONCESSÃO.
TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS ou TRATAMENTO	Toda operação realizada com DADOS PESSOAIS, como as que se referem a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração.
TRIBUNAL ARBITRAL	Tribunal arbitral para solução das controvérsias sujeitas à arbitragem, nos termos do CONTRATO.
TÚNEL ou TÚNEL IMERSO	Túnel imerso que liga as cidades de Santos e Guarujá de acordo com as características estabelecidas no CONTRATO e seus ANEXOS.
USUÁRIO	Toda pessoa física ou jurídica que utilize os SERVIÇOS DELEGADOS.

USUÁRIO INADIMPLENTE	USUÁRIO que trafega no SISTEMA DE INTERLIGAÇÃO e não realiza o pagamento da TARIFA DE PEDÁGIO tempestivamente, observado o prazo estabelecido na regulamentação vigente após a passagem pelo respectivo PÓRTICO no SISTEMA DE INTERLIGAÇÃO, em que o USUÁRIO poderá realizar voluntariamente o pagamento da TARIFA DE PEDÁGIO na PLATAFORMA disponibilizada pela CONCESSIONÁRIA, ou em outros meios de pagamento disponibilizados pela CONCESSIONÁRIA, nos termos do ANEXO 4.
VALOR ESTIMADO DO CONTRATO	Valor estimado do somatório dos INVESTIMENTOS previstos no EVTE.
VALOR DE AJUSTE DO APORTE	Valor correspondente ao benefício econômico-financeiro obtido pela CONCESSIONÁRIA com a eventual percepção antecipada de APORTE PÚBLICO, em decorrência de atestação, pelo AUDITOR INDEPENDENTE, de conclusão de EVENTO DE DESEMBOLSO, que posteriormente não venha a ser confirmada pela AGÊNCIA REGULADORA, nos termos do ANEXO 22.
VISITA TÉCNICA	Visita técnica realizada pelas LICITANTES nos termos do EDITAL.

LISTA DE ABREVIATURAS:

Para todos os fins do EDITAL, CONTRATO, ANEXOS e APÊNDICES, salvo disposição expressa em contrário, as abreviaturas listadas abaixo deverão ser compreendidas de acordo com os seguintes conceitos, podendo ser utilizados tanto no plural quanto no singular, sem qualquer alteração de sentido:

#	TERMO DEFINIDO	CONCEITO
i.	AAP	Avanço Acumulado Previsto
ii.	AASHTO	American Association of State Highway and Transportation Officials
iii.	ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
iv.	ADA	Avaliação de Desempenho Ambiental
v.	AIIP	Auto de Infração para Imposição de Penalidade
vi.	AP	Atrasos Parciais
vii.	APH	Serviço de Atendimento Pré-Hospitalar
viii.	As Built	Documentação de todas as obras realizadas pela Concessionária
ix.	AVI	Equipamentos de Arrecadação Eletrônica
x.	BIM	<i>Building Information Modeling</i>
xi.	CADMADEIRA	Programa voltado para empresas que comercializam madeira nativa no Estado de São Paulo.
xii.	CAT	Certidões de Acervo Técnico
xiii.	CCI	Centro de Controle de Informações
xiv.	CCO	Centro de Controle Operacional
xv.	CDPED	Conselho Diretor do Programa Estadual de Desestatização do Estado de São Paulo
xvi.	CEIS	Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas
xvii.	Certificado / Certificação de Qualidade	Certificação de atendimento às normas técnicas aplicáveis
xviii.	Certificadora	Pessoa jurídica responsável pela atestação de obras ou projetos
xix.	CETESB	Companhia Ambiental do Estado de São Paulo
xx.	CFTV	Circuito Fechado de Televisão
xxi.	CGPPP	Conselho Gestor do Programa Estadual de Parcerias Público-Privadas
xxii.	CNEP	Cadastro Nacional de Empresas Punidas
xxiii.	CNIA	Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade
xxiv.	CONAR	Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária
xxv.	CPC	Comitê de Pronunciamentos Contábeis
xxvi.	CREA	Conselho Regional de Engenharia e Agronomia da respectiva Unidade de Federação
xxvii.	CSP	Coeficiente de Serviços Prestados
xxviii.	CTB	Código de Trânsito Brasileiro

#	TERMO DEFINIDO	CONCEITO
xxix.	CVM	Comissão de Valores Mobiliários
xxx.	DER	Departamento de Estradas de Rodagem
xxxi.	DNER	Departamento Nacional de Estradas de Rodagem
xxxii.	DNIT	Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
xxxiii.	DOE/SP	Diário Oficial do Estado de São Paulo.
xxxiv.	DTM	Modelo Digital de Terreno
xxxv.	DWG	Extensão de arquivo de desenho
xxxvi.	EIA-RIMA	Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto ao Meio Ambiente
xxxvii.	EPC	Equipamento de Proteção Coletiva*
xxxviii.	EPI	Equipamento de Proteção Individual*
xxxix.	e-Sanções	Conselho Nacional de Justiça, no Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas
xl.	EVTE	Estudo de Viabilidade Técnica e Econômico-Financeira
xli.	FGTS	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
xlii.	GAID	Guia de Alteração do Índice de Documentos
xliii.	GC	Gestoras de Crédito
xliv.	GCTI	Grupo Central de Transportes Internos
xliv.	GN	<i>Grip Number</i>
xlvi.	GRID	Guia de Remessa de Índice de Documentos
xlvii.	HS	Altura de areia
xlviii.	HS-WIM	High Speed Weigh-in-Motion
xlix.	IBGC	Instituto Brasileiro de Governança Corporativa
I.	ICASGP	Indicador de Conformidade da Atualização Periódica do Sistema de Gerenciamento de Pavimentos
li.	ICP	Índice de Condição do Pavimento
lii.	IFC	<i>Industry Foudation Classes</i>
liii.	IFI	<i>International Friction Index</i>
liv.	IGG	Índice de Gravidade Global
lv.	IGH	Índice de Geometria Horizontal
lvi.	IGV	Índice de Geometria Vertical
lvii.	Índices	Medição de atividades desenvolvidas pela Concessionária e que compõem Indicadores de Desempenho
lviii.	INMETRO	Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia
lix.	INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
lx.	IOPMV	Indicador de Operacionalidade de PMV Fixos
lxi.	IQD	Índice de Qualidade e Desempenho
lxii.	ISA	Índice Semestral de Avanço
lxiii.	ISV	Inspeção de Segurança Viária
lxiv.	ITS	<i>Intelligent Transportation System</i>
lxv.	IVA	Análise Inteligente de Vídeo
lxvi.	LI	Licença de Instalação

#	TERMO DEFINIDO	CONCEITO
Ixvii.	Lista de Etapas Construtivas	Relação contendo as Etapas Construtivas de responsabilidade da Concessionária
Ixviii.	LO	Licença de Operação
Ixix.	LOD	<i>Level of Development</i>
Ixx.	LP	Licença Prévia
Ixxi.	MDSR	Modelo Digital Integrado do SISTEMA DE INTERLIGAÇÃO
Ixxii.	MIP	Monitoramento de Informações de Pedágio
Ixxiii.	MITs	Módulo ITS
Ixxiv.	NTN-B	Nota do Tesouro Nacional-Série B
Ixxv.	OACs	Obras de Arte Corrente
Ixxvi.	OAEs	Obras de arte Especiais
Ixxvii.	OCR	Reconhecimento Óptico de Caracteres
Ixxviii.	OSAs	Operadoras do Serviços de Arrecadação
Ixxix.	PAE	Plano de Ação de Emergência
Ixxx.	PAI	Programa de Adequação Inicial
Ixxxi.	PBA	Plano Básico Ambiental
Ixxxii.	PBT	Peso Bruto Total
Ixxxiii.	PD-BIM	Plano de Implementação e Desenvolvimento de Projetos em Modelagem BIM
Ixxxiv.	PGF	Posto Geral de Fiscalização
Ixxxv.	PMV	Painéis de Mensagens Variáveis
Ixxxvi.	PPM	Posto de Pesagem Móvel
Ixxxvii.	PRA	Programa de Redução de Acidentes
Ixxxviii.	Q.I.	Quoeficiente de Irregularidade
Ixxxix.	REIDI	Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura
xc.	SAT	Sensoriamento Automático de Tráfego
xcí.	SAU	Serviço de Atendimento aos Usuários
xcii.	SGAS	Sistema de Gestão Ambiental e Social
xciii.	SICRO	Sistema de Custos Referenciais de Obras
xciv.	SIGECON	Sistema Integrado de Gerenciamento Digital de Funções de Conservação
xcv.	SIR	Sistema Digital Integrado de Cadastro do Inventário Viário
xcvi.	SIS-ACIDENTES	Sistema digital integrado de consulta dos dados de acidentes
xcvii.	SISATIVOS	Sistema de Acompanhamento de Ativos*
xcviii.	SISDEMANDA	Sistema Digital Integrado e Gerenciamento de Demandas da Sociedade
xcix.	SISGIS	Sistema Digital Integrado Gis da Concessão
c.	SISNOT	Sistema digital de gerenciamento das informações, dados e documentos relacionados às notificações de penalidades
ci.	SISOAES	Sistema Eletrônico de Gerenciamento de OAEs e Passarelas
cii.	SISOBRAS	Sistema Digital Integrado de Acompanhamento de Obras
ciii.	SISPESMOV	Sistema de Pesagem em Movimento

#	TERMO DEFINIDO	CONCEITO
civ.	SISPROJ	Sistema Digital Integrado de Gerenciamento Digital de Projetos
cv.	SISQUALI	Sistema Digital Integrado de Gerenciamento do Controle Tecnológico e da Qualidade das Obras
cví.	SISRAD	Sistema Digital integrado, de consulta dos dados coletados pelos radares
cvii.	SISSAT	Sistema de controle central responsável pelo gerenciamento dos sensores de tráfego em campo
cviii.	SISSOND	Sistema Digital Integral de Sondagens e Ensaios
cix.	SISFREEFLOW	Sistema Digital Integrado dos Pórticos do Sistema Automático Livre
cx.	SISMOB	Sistema de Controle de Mobilidade
cxí.	SUSEP	Superintendência de Seguros Privados
cxii.	Tema	Grupo de Indicadores de Desempenho
cxiii.	TIR	Taxa Interna de Retorno
cxiv.	TPU-DER	Tabela de Preços Unitários do DER/SP
cxv.	URCI	<i>Unsurfaced Road Condition Index</i>
cxvi.	VDM	Volume Diário Médio
cxvii.	VDMA	Volume de Tráfego Diário Médio Anual
cxviii.	VPL	Valor Presente Líquido
cxix.	VRD	Valor de Resistência a Derrapagem